



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.



Processo nº: 23.383/07 (8 volumes)

Apenso nº: 098.003.143/07

Jurisdicionada: Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPCDF

Assunto: Prestação de Contas Anual - PCA

Órgão Técnico: Secretaria de Contas - SECONT

MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Sessão: Pauta nº 39, S.O. nº 4.871, de 7.6.2016

Publicação: DODF nº 104, de 2.6.2016, pag. 6

Ementa: Prestação de Contas Anual dos Gestores do Fundo de Transporte Público Coletivo do DF, referente ao exercício de 2006. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi determinada a audiência dos responsáveis (Decisão nº 445/10-CSPM). Apresentação de justificativas. Regularidade de uma conta e irregularidade das demais, com aplicação de multa (Decisão nº 3.938/12-CSPM). Interposição de Recursos de Reconsideração. Provimento parcial de um e improvimento dos outros (Decisão nº 6.289/14-CRR). Oposição de Embargos de Declaração. Não conhecido. Interposição de Pedido de Revisão. Não conhecido (Decisão nº 4.216/15-CPM). Recolhimento das multas aplicadas aos Srs. Raimundo Leite da Silva e Daniel Augusto de Faria Machay. Comunicação de falecimento do Sr. Heleno Gilberto Barcelos. Solicitação de parcelamento das multas formulada pelos Srs. Valdemir Evangelista de Oliveira e Paulo César Lapa de Souza. PARECERES CONVERGENTES: extinção da multa imposta ao responsável falecido, quitação aos responsáveis que recolheram o valor da penalidade a eles aplicada e deferimento do pedido de parcelamento. VOTO de acordo com os Pareceres. Lavratura de acórdão.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Prestação de Contas Anual dos Gestores do Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPCDF, referente ao exercício de 2006.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.

Fls.:

Proc.: 23.383/07

Rubrica

2. O Tribunal, na Sessão realizada em 31.7.2012, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 3.938/12 (fl. 545), **in verbis**:

DECISÃO Nº 3.938/12 (CSPM)

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das razões de justificativas apresentadas em atenção à Decisão nº 445/2010; II. considerar: a) procedentes as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Januário Elcio Lourenço (fls. 463/482); b) parcialmente procedentes as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Heleno Gilberto Barcelos (fls. 131/175) e Daniel Augusto de Faria Machay (fls. 178/287); c) improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Mauro Costa Mendes Cateb, Paulo César Lapa e Valdemir Evangelista de Oliveira; d) revel, para todos os efeitos, o Sr. Raimundo Leite da Silva, com fulcro no art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94; III. julgar: a) nos termos do art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94, regulares as contas do Sr. Januário Elcio Lourenço (Secretário de Estado de Transportes - Adjunto de 1.1 a 31.12.2006); b) nos termos do art. 17, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 1/94, irregulares as contas dos Srs. Daniel Augusto de Faria Machay (Coordenador Administrativo - Financeiro de 28.11 a 31.12.2006), Raimundo Leite da Silva (Coordenador Administrativo de 1.1 a 11.6.2006), Heleno Gilberto Barcelos (Subsecretário de Operações de 1.1 a 31.12.2006), Paulo César Lapa de Souza (Coordenador Administrativo - Financeiro de 12.6 a 28.11.2006), Mauro Costa Mendes Cateb (Secretaria de Estado de Transportes de 1.1 a 31.12.2006) e Valdemir Evangelista de Oliveira (Subsecretário de Apoio Operacional de 1.1 a 31.12.2006); IV. aplicar: a) nos termos do art. 57, inciso I, c/c o art. 20, parágrafo único, aos Srs. Daniel Augusto de Faria Machay, Raimundo Leite da Silva e Heleno Gilberto Barcelos a multa individual de R\$ 12.000,00 (doze mil reais); b) nos termos do art. 57, inciso I, c/c o art. 20, parágrafo único, aos Srs. Paulo César Lapa de Souza, Mauro Costa Mendes Cateb e Valdemir Evangelista de Oliveira a multa individual de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); V. aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; VI. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências pertinentes. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pelo acolhimento do parecer do Ministério Público junto à Corte, no que foi seguido pelo Conselheiro RENATO RAINHA.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI. Votaram os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, ANILCÉIA MACHADO e INÁCIO MAGALHÃES FILHO e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCD Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.

Fls.:

Proc.: 23.383/07

Rubrica

3. Em decorrência do decidido, foram expedidos os Acórdãos nºs 224/12, 225/12, 226/12, 227/12 e 228/12 (fls. 546/550).

4. Irresignados, os Srs. Mauro Costa Mendes Cateb, Valdemir Evangelista de Oliveira, Daniel Augusto de Faria Machay e Raimundo Leite da Silva interpuseram os recursos de fls. 583/591, 605/619, 627/630 e 925/930.

5. O mérito dos apelos foi apreciado na Sessão de 9.12.2014, ocasião em que a Corte exarou a Decisão nº 6.289/14-CRR (fls. 1.367/1.368), assim redigida:

DECISÃO Nº 6.289/14 (CRR)

“O Tribunal, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, proferido com base nos arts. 73 e 84, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento do Conselheiro RENATO RAINHA, decidiu: I – negar provimento aos Recursos de Reconsideração de fls. 583/591, 605/619 e 925/930 e anexos de fls. 931/1284, interpostos pelos senhores MAURO COSTA MENDES CATEB, VALDEMIR EVANGELISTA DE OLIVEIRA e RAIMUNDO LEITE DA SILVA em face da Decisão nº 3.938/2012 e dos Acórdãos nºS 226 e 228/2012, cientificando-os sobre a decisão adotada; II – dar provimento parcial ao Recurso de Reconsideração de fls. 627/630 e anexos de fls. 631/919, interposto pelo Senhor DANIEL AUGUSTO DE FARIA MACHAY em face da Decisão nº 3.938/2012 e Acórdão nº 225/2012, no sentido de reduzir o valor da multa que lhe fora aplicada, fixando o novo valor em R\$ 1.200.00 (mil e duzentos reais), tendo em conta o pouco tempo em que esteve à frente do cargo de Coordenador Administrativo – Financeiro; III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; IV – autorizar o retorno dos autos à SECONT, para os devidos fins, em especial para exame das petições de fls. 557,567 e 1292.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO. Presentes os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, ANILCÉIA MACHADO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS e o representante do MPJTCDF Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.”

6. Ato contínuo, os Srs. Mauro Costa Mendes Cateb e Valdemir Evangelista de Oliveira opuseram os Embargos de Declaração de fls. 1379/1383 e 1390/1392, que deixaram de ser conhecidos na Sessão de 9.6.2015 (Decisão nº 2.307/15-CPT, fl. 1.407).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.

Fls.:

Proc.: 23.383/07

Rubrica

7. Na sequência, o Sr. Valdemir Evangelista de Oliveira interpôs o Pedido de Revisão de fls. 1425/1430, que também não chegou a ser conhecido (Decisão nº 4.216/15-CPM, de 17.9.2015, fl. 1.442).

8. Nesta fase, examina-se a possibilidade de extinção da multa aplicada ao Sr. Heleno Gilberto Barcelos, que faleceu em 30.5.2010 (certidão de óbito de fl. 558), os comprovantes de pagamento dos Srs. Raimundo Leite da Silva (fl. 1453) e Daniel Augusto de Faria Machay (fl. 1417) e os pedidos de parcelamento formulados pelos Srs. Paulo César Lapa de Souza (fls. 567 e 1292) e Valdemir Evangelista de Oliveira (fls. 1447/1448).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

9. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 53/2016 (fls. 1460/1466), de 29.2.2016, analisa a matéria nos termos seguintes:

“4. Quanto ao exame das petições de fls. 557, 567 e 1292, verifica-se que a documentação trata-se de solicitação de cancelamento da multa imposta ao Sr. Heleno Gilberto Barcelos (fl. 557), devido ao seu falecimento em 30/05/2010, conforme Certidão de Óbito acostada à fl. 558, e, também, de requerimento de parcelamento da multa imposta ao Sr. Paulo César Lapa de Souza (fls. 567 e 1292). Desse modo, entendemos que a solicitação de cancelamento da multa deva ser acatada, pois a multa é um tipo de pena e tem caráter personalíssimo, não podendo passar da pessoa do apenado, conforme incisos XLV e XLVI do art. 5º da Constituição Federal de 1988. Logo, como está comprovado o falecimento do Sr. Heleno Gilberto Barcelos, por meio da Certidão de Óbito, a multa dele deve ser extinta, nos moldes do precedente encontrado no item II, “b”, da Decisão nº 460/2016².

5. Verifica-se que, além do pedido de parcelamento de dívida do Sr. Paulo César Lapa de Souza, às fls. 567 e 1292, consta, também, o pedido de parcelamento do Sr. Valdemir Evangelista de Oliveira, às fls. 1447-1448. Analisando os requerimentos, observa-se que o Sr. Paulo César solicitou o parcelamento da dívida em 10 vezes, enquanto o Sr. Valdemir solicitou em 60 vezes.

6. Prefacialmente, impende salientar que o art. 3.º da Emenda Regimental nº 13/2003³, com supedâneo no art. 29, I, da LC 1/94,

² “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) II – considerar: (...) b) extinta a multa aplicada por meio da Decisão n.º 1.299/2014 e do Acórdão n.º 256/2014 ao Sr. (...), em razão de seu falecimento; (...)”

³ Estabelece critérios de atualização monetária e de cálculo dos juros de mora incidentes sobre os débitos fixados e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.

Fls.:

Proc.: 23.383/07

Rubrica

autoriza o parcelamento do débito em qualquer fase do processo, conforme abaixo:

“O Tribunal poderá autorizar, em qualquer fase do processo, o recolhimento parcelado do valor do débito apurado ou de multa aplicada.”

7. *Portanto, preliminarmente, não haveria óbice em prover os pedidos dos apenados.*

8. *Todavia, é necessário averiguar o enquadramento do valor das parcelas nos limites mínimos definidos pela legislação para desconto em folha de pagamento dos servidores.*

9. *O art. 119 da Lei Complementar nº 840/2011⁴ estabeleceu que as reposições e indenizações ao erário devem ser descontadas em parcelas mensais iguais à décima parte do subsídio ou remuneração, devendo o resíduo constituir-se como última parcela.*

10. *Assim, por se tratar de servidores do GDF, conforme contracheques retirados do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, às fls. 1451-1452, entendemos que o número de parcelas deve se enquadrar ao valor mínimo para desconto encontrado no art. 119 da LC nº 840/2011. Logo, somos pelo deferimento parcial dos pedidos, ou seja, a concessão do parcelamento do débito, mediante desconto em folha de pagamento, nos termos do art. 119 da LC nº 840/2011, até a efetiva quitação do débito, cujos valores deverão ser corrigidos nos termos da Lei Complementar nº 435/2001. O acompanhamento da cobrança da mencionada multa se dará no âmbito da Assessoria Técnica e de Estudos Especiais – ATE/SEGECEX, nos termos da Portaria nº 300/2011 e da Ordem de Serviço-CICE nº 002/2011.*

11. *O Sr. Raimundo Leite da Silva foi cientificado da Decisão nº 6.289/2014 e notificado a recolher o valor da multa a ele imputada nesta PCA (R\$ 14.274,49), à fl. 1376. Por meio do Ofício nº 547/2015 – PRESI, de fl. 1419, informou-se que o citado empregado solicitou o desconto em seu pagamento e a ação foi implantada em seu contracheque a partir do mês de junho de 2015, com a parcela de R\$ 2.039,21, e finalizou-se o pagamento da penalidade na sétima parcela descontada em dezembro/2015, conforme ficha financeira retirada do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, à fl. 1453. Assim, deve o Tribunal considerá-lo quite com o erário em relação à multa que lhe fora aplicada mediante o item IV, “a”, da Decisão nº 3.938/2012, e o Acórdão nº 226/2012 (fl. 548).*

12. *Verifica-se, também, que os valores da multa foram repassados ao caixa único do tesouro do DF, pois em consulta, via e-mail (fl. 1456), ao Gerente de Administração Financeira da*

⁴ Dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.

Fls.:

Proc.: 23.383/07

Rubrica

Companhia de Planejamento de Distrito Federal - CODEPLAN, local onde o Sr. Raimundo Leite estava lotado no momento em que a multa foi debitada de seu contracheque, foi informado que a multa descontada do salário do empregado a título de glosa já fica retida na Secretaria de Estado de Fazenda – SEF/DF, sendo enviado a CODEPLAN apenas o valor líquido devido aos empregados, encargos sociais e valores de consignatários. Esse fato é demonstrado por meio dos anexos enviados no e-mail, que indicam o débito da última parcela da multa no valor de R\$ 2039,21, à fl. 1457, e a glosa desse valor no envio dos recursos de pessoal e encargos sociais à Companhia, conforme fls. 1458-1459. Logo, não há necessidade de determinação à CODEPLAN para o repasse dos recursos de multa do TCDF ao caixa único do tesouro do DF.

13. O Sr. Daniel Augusto de Faria Machay, também, comprovou o pagamento da penalidade, por meio do recibo de agendamento, à fl. 1417, e do respectivo extrato bancário, enviado por ele via e-mail, anexado à fl. 1454, que demonstra o pagamento da multa de R\$ 1.200,00 em 10/04/2015. Assim, deve o Tribunal considerá-lo quite com o erário em relação à multa que lhe fora aplicada mediante o item II da Decisão nº 6.289/2014 e o Acórdão nº 719/2014 (fl. 1369).

14. Quanto ao Sr. Mauro Costa Mendes Cateb, verificou-se nos autos a não comprovação do recolhimento da multa a ele imputada e nem manifestação para parcelamento. Dessa maneira, foi encaminhada ao MPJTCDF documentação dos autos para cobrança judicial da dívida, conforme informado no Of. nº 305/2015 – SECONT/GAB, à fl. 1449.

15. Logo, entendemos que foram tomadas as providências para recolhimento das multas relatadas nesta Informação, devendo a Secretaria Geral de Controle Externo - SEGECEX proceder com o trâmite do parcelamento das dívidas, conforme relatado no § 10 desta Informação e posterior arquivamento.”

10.

Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

I. tomar conhecimento dos documentos de fls. 557-558, 567, 1292, 1417 e 1447-1454;

II. considerar extinta a multa imposta pela Decisão nº 3.938/2012 e pelo Acórdão nº 227/2012 ao Sr. Heleno Gilberto Barcelos, devido ao seu falecimento em 30/05/2010, conforme Certidão de Óbito acostada à fl. 558;

III. considerar os Srs. Raimundo Leite da Silva e Daniel Augusto de Faria Machay quites com o erário em relação à multa que lhes fora aplicada mediante item IV, “a”, da Decisão nº 3.938/2012, Acórdão nº 226/2012, e item II da Decisão nº 6.289/2014, Acórdão nº 719/2014, respectivamente;

IV. deferir, de modo parcial os requerimentos de parcelamento de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.

Fls.:

Proc.: 23.383/07

Rubrica

débito de fls. 1292 e 1447-1448, ordenando:

a) ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER que implemente os descontos em folha da multa imposta pela Decisão nº 3.938/2012 e pelo Acórdão nº 228/2012, aplicada ao servidor Paulo César Lapa de Souza, nos moldes do art. 119 da LC nº 840/2011, em parcelas a serem atualizadas nos termos da LC nº 435/2001, e, ao final, encaminhe a este Tribunal os comprovantes de desconto, que em 29/02/2016, devem totalizar R\$ 19.800,51, conforme demonstrativo de fl. 1455, para fins de quitação, bem como repasse esses valores descontados ao caixa único do tesouro do DF;

b) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que implemente os descontos em folha da multa imposta pela Decisão nº 3.938/2012 e pelo Acórdão nº 228/2012, aplicada ao servidor Valdemir Evangelista de Oliveira, nos moldes da alínea anterior, em parcelas a serem atualizadas nos termos da LC nº 435/2001, e, ao final, encaminhe a este Tribunal os comprovantes de desconto, que em 29/02/2016, devem totalizar R\$ 19.800,51, conforme demonstrativo de fl. 1455, para fins de quitação, bem como repasse esses valores descontados ao caixa único do tesouro do DF;

V. autorizar:

a) o envio de cópia desta decisão, da Decisão nº 3.938/2012 e do Acórdão nº 228/2012 à Assessoria Técnica e de Estudos Especiais – ATE/Segecex/TCDF, para as providências pertinentes em relação às multas aplicadas aos Srs. Paulo César Lapa de Souza e Valdemir Evangelista de Oliveira, nos termos Portaria n.º 300/2011 e da Ordem de Serviço-CICE n.º 002/2011;

b) a desapensação do Processo nº 098.003.143/2007 e a sua devolução ao órgão de origem;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas - SECONT para fins de arquivamento. ”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11. O Ministério Público junto ao Tribunal, por meio do Parecer nº 368/16 (fls. 1.468/1.471), de 11.5.2016, da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, aquiesce às propostas da Unidade Instrutiva.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.

Fls.:

Proc.: 23.383/07

Rubrica

É o Relatório.

DIGITALIZADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.

Fls.:

Proc.: 23.383/07

Rubrica

VOTO

12. Nesta fase, examina-se a possibilidade de extinção da multa aplicada ao Sr. Heleno Gilberto Barcelos, que faleceu em 30.5.2010 (certidão de óbito de fl. 558), os comprovantes de pagamento dos Srs. Raimundo Leite da Silva (fl. 1453) e Daniel Augusto de Faria Machay (fl. 1417) e os pedidos de parcelamento formulados pelos Srs. Paulo César Lapa de Souza (fls. 567 e 1292) e Valdemir Evangelista de Oliveira (fls. 1447/1448).

13. A Instrução sugere a extinção da multa aplicada ao responsável falecido, quitação aos responsáveis que recolheram os valores da penalidade e o deferimento, parcial, do pedido de parcelamento, uma vez que não se observou o limite mínimo das parcelas.

14. O **Parquet** especializado aquiesce o entendimento do Corpo Técnico.

15. Com relação aos pagamentos efetuados pelos Srs. Raimundo Leite da Silva e Daniel Augusto de Faria Machay, não há dúvidas acerca da quitação proposta, devendo ser expedido o competente acórdão.

16. Quanto ao Sr. Heleno Gilberto Barcelos, em virtude do seu falecimento, haja vista o caráter personalíssimo da penalidade, correta a sugestão de extinção da penalidade.

17. No que tange aos pedidos de parcelamento, assiste razão os Pareceres ao deferir parcialmente o pleito, pois os descontos devem ser feitos na forma prevista do art. 119, da Lei Complementar nº 840/11.

Deste modo, de acordo com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos documentos de fls. 557/558, 567, 1.292, 1.417 e 1.447/1.454;

II. considere extinta a multa imposta ao Sr. Heleno Gilberto Barcelos pela Decisão nº 3.938/12 e pelo Acórdão nº 227/12, em virtude de o mesmo ter falecimento em 30.5.2010, conforme Certidão de Óbito acostada à fl. 558;

III. considere os Srs. Raimundo Leite da Silva e Daniel Augusto de Faria Machay quites com os cofres públicos (FTPCD), em relação à multa que lhes fora aplicada pelas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.

Fls.:

Proc.: 23.383/07

Rubrica

Decisões nºs 3.938/12 (Acórdão nº 226/12) e 6.289/14 (Acórdão nº 719/14), respectivamente;

IV. aprove, expeça e mande publicar o acórdão que submeto à apreciação do egrégio Plenário

V. defira, parcialmente os requerimentos de parcelamento de débito formulados pelos Srs. Paulo César Lapa de Souza e Valdemir Evangelista de Oliveira;

VI. determine:

a) ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER que implemente na folha de pagamento do Sr. Paulo César Lapa de Souza os descontos dos valores referentes a multa a ele aplicada pela Decisão nº 3.938/12 e pelo Acórdão nº 228/12 (R\$ 19.800,51, em 29.2.2016), observando o que dispõe o art. 119 da Lei Complementar nº 840/11 e atentando-se para a necessidade de atualização até a data do seu efetivo recolhimento, na forma prevista na Lei Complementar nº 435/01;

b) à Secretaria de Estado de Saúde que implemente na folha de pagamento do Sr. Valdemir Evangelista de Oliveira os descontos dos valores referentes a multa a ele aplicada pela Decisão nº 3.938/12 e pelo Acórdão nº 228/12 (R\$ 19.800,51, em 29.2.2016), observando o que dispõe o art. 119 da Lei Complementar nº 840/11 e atentando-se para a necessidade de atualização até a data do seu efetivo recolhimento, na forma prevista na Lei Complementar nº 435/01;

VII. alerte as jurisdicionadas que os valores descontados deverão ser repassados ao caixa único do tesouro do DF e os comprovantes encaminhados a este Tribunal;

VIII. autorize:

a) o envio de cópia da decisão que vier a ser proferida, da Decisão nº 3.938/12 e do Acórdão nº 228/12 à Assessoria Técnica e de Estudos Especiais – ATE/Segecex/TCDF, para adoção das providências pertinentes em relação às multas aplicadas aos Srs.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.

Fls.:

Proc.: 23.383/07

Rubrica

Paulo César Lapa de Souza e Valdemir Evangelista de Oliveira, nos termos Portaria nº 300/2011 e da Ordem de Serviço-CICE nº 002/2011;

b) a desapensação do Processo nº 098.003.143/07 e a sua devolução ao órgão de origem;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências devidas.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2016.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Relator

DIGITALIZADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A3/S5.

Fls.:

Proc.: 23.383/07

Rubrica

ACÓRDÃO Nº _____/2016

Ementa: Prestação de Contas Anual dos Gestores do Fundo de Transporte Público Coletivo do DF, referente ao exercício de 2006. Contas julgadas irregulares, com aplicação de multa (Decisão nº 3.938/12 e Acórdãos nºs 225/12 e 226/12). Interposição de Recursos de Reconsideração. Improvimento e provimento parcial (Decisão nº 6.289/14-CRR e Acórdão nº 719/14). Recolhimento. Quitação aos responsáveis.

Processo TCDF nº: 23.383/07

Apenso nº: 098.003.143/07

Nome/Função: Raimundo Leite da Silva (Coordenador Administrativo-Financeiro, de 1.1 a 11.6.2006) e Daniel Augusto de Faria Machay (Coordenador Administrativo-Financeiro, de 28.11 a 31.12.2006)

Órgão: Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPCDF

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Ministério Público: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Unidade Técnica: Secretaria de Contas

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, no sentido de dar quitação aos responsáveis indicados, com fundamento no art. 24 e 28 da Lei Complementar nº 1/94, em face do pagamento das multas imputadas pelas Decisões nºs 3.938/12 (Acórdão nº 226/12) e 6.289/14, (Acórdão nº 719/14), no valor de R\$ 12.000,00 (ao Sr. Raimundo Leite da Silva) e R\$ 1.200,00 (ao Sr. Daniel Augusto de Faria Machay).

ATA da Sessão Ordinária nº ____ de 2016

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO RELATOR

Fui presente:

Representante do MP